



**DESENCOBRINDO O PERIURBANO ESTENDIDO:
O TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA AMAZÔNICA EM ABAETETUBA.
FERNANDA MANUELA CARVALHO DA SILVA SANTOS**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE TECNOLOGIA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

FERNANDA MANUELA CARVALHO DA SILVA SANTOS

**DESENCOBRINDO O PERIURBANO ESTENDIDO: O TERRITÓRIO
DE RESISTÊNCIA AMAZÔNICA EM ABAETETUBA.**

BELÉM
2025

FERNANDA MANUELA CARVALHO DA SILVA SANTOS

**DESENCOBRINDO O PERIURBANO ESTENDIDO: O TERRITÓRIO
DE RESISTÊNCIA AMAZÔNICA EM ABAETETUBA.**

Defesa do Trabalho Final de Graduação
apresentado à Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade Federal do Pará,
ano de 2025, como requisito final para obtenção
de nota na disciplina TCC II sob orientação da
Prof.^a PhD Ana Cláudia Duarte Cardoso.

BELÉM
2025

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

S237d SANTOS, FERNANDA.
Desencobrendo o periurbano estendido: O território de
resistência amazônica em Abaetetuba / FERNANDA SANTOS. —
2025.
35 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Ana Cláudia Duarte Cardoso
Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal do
Pará, Instituto de Tecnologia, Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo, Belém, 2025.

1. Urbanização amazônica. 2. Periurbano Estendido. 3.
Microrrede. 4. Comunidades Amazônicas. I. Título.

CDD 711

FERNANDA MANUELA CARVALHO DA SILVA SANTOS

**DESENCOBRINDO O PERIURBANO ESTENDIDO: O TERRITÓRIO
DE RESISTÊNCIA AMAZÔNICA EM ABAETETUBA.**

Defesa do Trabalho Final de Graduação
apresentado à Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade Federal do Pará,
ano de 2025, como requisito final para obtenção
de nota na disciplina TCC II sob orientação da
Prof.^a PhD Ana Cláudia Duarte Cardoso.

Apresentado em: 21/03/2025

Conceito: Excelente

Banca examinadora:

Prof.^a PhD Ana Cláudia Duarte Cardoso
Orientadora – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Prof.^a Dr.^a Izabel Cristina Melo de Oliveira Nascimento
Avaliadora - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

MSc. Kamila Diniz Oliveira
Avaliadora - Universidade Federal do Pará

A todas as minhas versões, que me trouxeram até aqui: da Fernandinha miúda, que sonhava em ser arquiteta, até a Fernanda que sonha em viver da palavra. E aos meus pais, por todo o amor dado em todas as fases.

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho representa a finalização de um ciclo lindo e muito esperado por mim e pelas pessoas especiais que me acompanharam até aqui. Agradeço, do fundo do coração, a todos que, de alguma forma, estiveram presentes. A caminhada não se fez sozinha.

Agradeço a Deus e a Nossa Senhora de Nazaré, pelas graças alcançadas.

Agradeço aos meus pais, por apoiarem cada passo que dou. Cleia, sinônimo de força e bondade, que me ensina todos os dias a olhar o mundo com mais carinho e alegria; e Fernando, de onde herdei o “bichinho da pesquisa”, que me inspira, acolhe e dá forças em todos os momentos. Cada linha que eu escrevo tem um pouquinho de vocês dois, mas nunca existirão palavras suficientes pra descrever o quão feliz e grata eu sou por ser filha de seres humanos tão incríveis, obrigada por tanto.

À minha família, composta por mulheres inspiradoras. Minhas avós, Graça e Luzia, e minhas tias queridas, que torcem por mim com muita gritaria e animação. Em especial, à Anny, minha segunda mãe, pelo colo e por todas as palavras de carinho. Ao meu querido irmão, Jorge, por ser grande inspiração, dentro e fora da vida acadêmica.

Às minhas filhas do coração, Livya e Luíza, que são fonte de um amor puro e inesgotável. A minha esperança na construção de um mundo melhor foi renovada desde que vocês chegaram aqui.

Aos meus queridos amigos - de infância, do Univeso e da vida. Àqueles que esperaram e torceram muito pela minha aprovação na UFPA e aos que fazem companhia até aqui. Em especial, Jaqueline e Kamila, pelo acolhimento, por todas as conversas, reflexões, risadas e choros compartilhados, por todo o amor que envolve nós três. Ao Vini (*in memoriam*), por iluminar meu caminho.

À UFPA, lugar onde sonhos são possíveis, que abrigou e ainda abriga meus sonhos mais bonitos. Agradeço por cada oportunidade, de ensino, pesquisa e extensão, e pelo Prêmio de Destaque da Iniciação Científica em 2024.

À FAU, por ter sido meu lar durante os anos de graduação. Mesmo em meio aos percalços, cada dia vivido dentro dessa faculdade é a realização de um sonho.

Ao Grupo de Pesquisa Urbana, onde pude me reencontrar como estudante de arquitetura e urbanismo. Às pessoas que formam essa rede, fonte de grande admiração. O encontro com o Urbana me encheu de motivos pra continuar fazendo pesquisa na Amazônia.

Ao LABCAM, pelo abrigo nas inúmeras tardes de estudo e por todo o

conhecimento compartilhado com os integrantes do laboratório; em especial, aos professores (José Júlio, Ana Cláudia Cardoso, Raul Ventura, Juliano Pamplona e Roberta Menezes) por todo o aprendizado, oportunidades e inspiração profissional.

Aos amigos que fiz nesses cinco anos de graduação, especialmente aqueles que acompanharam o fim da caminhada, e às minhas queridas amigas do grupo de estudo, pelas tardes de reuniões com muito estudo, café, admiração e acolhimento no mundo acadêmico, que por muitas vezes é tão solitário. Gratidão, Sebas, Pedro, Alanda, Luca, Giuli, Luana, Carol, Ana Luísa e Kamila Diniz (minha grande madrinha acadêmica).

À minha orientadora, Ana Cláudia Cardoso, por todas as oportunidades, pela confiança e por acreditar no meu potencial. A partir da sua orientação, me enxerguei livre para trabalhar com o que era possível diante das minhas capacidades e, muito mais do que fazer pesquisa, aprendi a ter esperanças de contribuir para a vida. Ana costuma “resgatar” muitos alunos dentro do curso de arquitetura e urbanismo, e eu agradeço imensamente a oportunidade de ter sido resgatada também.

Por último, e talvez o mais importante, agradeço às comunidades envolvidas na pesquisa, por todo o saber compartilhado. Esse trabalho não seria o mesmo sem a enorme contribuição de cada morador. Em especial, Dona Lourdes e Miguel, que nos abrigaram durante as viagens de campo; e às minhas companheiras de pesquisa em Abaetetuba. Para falar de Amazônia, é preciso conhecer e reconhecer a Amazônia. O mapa inteiro importa. Obrigada.

“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. **Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.**”

(Fernando Birri, citado por Eduardo Galeano in ‘Las palabras andantes?’ de Eduardo Galeano, publicado por Siglo XXI, 1994)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
MÉTODO	12
FORMAÇÃO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO AMAZÔNICO	14
O ESTUDO DE CASO	15
O PERIURBANO ESTENDIDO E SUA MANIFESTAÇÃO EM ABAETETUBA	18
AS MICRORREDES DE RESISTÊNCIA EM ABAETETUBA (PA)	20
CONCLUSÃO	27
REFERÊNCIAS	30

DESENCOBRINDO O PERIURBANO ESTENDIDO: O TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA AMAZÔNICA EM ABAETETUBA.ⁱ

Fernanda Manuela Carvalho da Silva Santosⁱⁱ

Ana Cláudia Duarte Cardosoⁱⁱⁱ

(Universidade Federal do Pará)

Resumo

O avanço da pesquisa sobre o urbano amazônico levou à constatação de que as cidades não são sua principal manifestação; elas foram apoiadas por microrredes de localidades, vilas e comunidades, articuladas entre rios, cidades e florestas. No entanto, o processo de integração da Amazônia ao restante do país introduziu uma nova concepção territorial baseada nas dicotomias urbano e rural. O periurbano estendido amazônico consiste em coexistências múltiplas, onde diferentes modos de vida, de produção e de apropriação do espaço ocupam a fronteira entre o urbano e rural. Este artigo caracteriza microrredes circunscritas ao periurbano de Belém, como uma camada que resiste às extrapolações da lógica metropolitana para além dos limites da cidade, por meio de um tecido urbano extensivo que instrumentaliza a lógica urbano industrial, e toma como estudo de caso a microrrede de comunidades ribeirinhas e quilombolas na região insular de Abaetetuba (PA), as quais sofrem ameaças à manutenção do seu modo de vida e de direitos territoriais. Os dados coletados através de entrevistas, observação participativa, croquis, registros fotográficos e documentação oficial organizam a representação das escalas de urbanização, considerando fluxos de interação das comunidades entre si, com Abaetetuba e Belém. As comunidades apresentam uma lógica de apropriação do território e estrutura de microrredes que se caracterizam como um urbano nativo próprio da Amazônia.

Palavras-chave: Urbanização amazônica, periurbano estendido, microrrede, comunidades amazônicas.

Abstract

The advance of research on urban amazonian led to the realization that cities are not its main manifestation; they were supported by micro-networks of localities, towns and communities, articulated between rivers, cities and forests. However, the process of integration of the Amazon to the rest of the country introduced a new territorial conception based on urban and rural dichotomies. The extended periurban area of the Amazon consists of multiple coexistences, where different modes of life, production and appropriation of space occupy the boundary between urban and rural. This article characterizes microrredes circumscribed to the periurban of Belém, as a layer that resists the extrapolations of the metropolitan logic beyond the city limits, through an extensive urban fabric that instrumentalizes the industrial and takes as a case study the micro-network of riparian communities and quilombolas in the insular region of Abaetetuba (PA), which suffer threats to the maintenance of their way of life and territorial rights. The data collected through interviews, participatory observation, sketches, photographic records and official documentation organize the representation of urbanization scales, considering flows of interaction between communities, with Abaetetuba and Belém. The communities present a logic of appropriation of territory and structure of micro-networks that are characterized as an urban native of the Amazon.

Keywords: Amazon urbanization, extended periurban, microrrede, Amazonian communities

1. Introdução

Em seu discurso na premiação do Nobel de Literatura de 1982, Gabriel García Márquez falou sobre a solidão da América Latina, em uma analogia à realidade dos países latino-americanos que foram colonizados e explorados pela Europa e ainda enfrentam dificuldades advindas desses processos históricos. O autor destacou que “a interpretação da nossa realidade a partir de esquemas alheios só contribui para tornar-nos cada vez mais desconhecidos, cada vez menos livres, cada vez mais solitários”. Na Amazônia, território explorado desde o período colonial, a imposição de sistemas de produção advindos da Europa foi prejudicial à floresta e aqueles que aqui já habitavam; processo que tem se perpetuado nos dias atuais, onde a cosmovisão capitalista invisibiliza e torna desconhecido um modo de vida secular.

No contexto de emergência climática, é essencial conhecer realidades que sobrevivem em um cenário de desigualdades e injustiças ambientais. As populações social e economicamente desfavorecidas são as mais atingidas, visto que existe uma distribuição discrepante desses impactos. A previsão é de que secas extremas atingirão a Amazônia e afetarão as comunidades tradicionais, que já são afetadas pelas desigualdades acumuladas em cada território (IPCC, 2023).

Diante dos impasses contemporâneos seria necessário usar o passado para guiar o futuro. Procuram-se maneiras de evitar ou amenizar a crise climática - e outras crises atuais -

baseados em estudos que assumem pressupostos oriundos de outros lugares do mundo, que não servem pra Amazônia, e desse modo reeditam a colonialidade, enquanto existe um enorme repertório pronto pra ser visto e adaptado (Cardoso, 2021). Esse processo tende a considerar o repertório dos povos das florestas, acumulados por séculos em memórias e maneiras de promover a regeneração socioecológica da Amazônia, mas que estão sendo apagadas por ação de grandes projetos públicos e privados (Cardoso, 2021).

O avanço da investigação sobre o urbano amazônico contemporâneo resultou na constatação de que as cidades não são a sua principal manifestação da vida urbana na região, mas que, historicamente, elas teriam sido apoiadas por micro redes de localidades, vilas ou comunidades (Pinho, 2012; Cardoso et al, 2015; Cardoso, 2021b). Nestas micro redes, a diversidade de pequenos assentamentos se relaciona entre si e com as cidades, que constituem os maiores mercados para os produtos que eram provenientes de sua área de influência (Corrêa, 1988), que no caso amazônico, correspondia à floresta habitada e produzida por pessoas (Neves, 2022). A articulação entre rios, vilas e cidades, roça e floresta, esteve presente por séculos nos processos de produção e reprodução da vida na região, até que o processo de integração da Amazônia ao resto do país promovesse uma ruptura nas práticas nativas, com a introdução de uma nova concepção territorial, baseada nas dicotomias cidade e campo, urbano e rural e cidade e natureza (Cardoso, 2021a). A definição de que a floresta deveria ser desmatada, para permitir a

exploração de recursos da terra, pressupunha a floresta morta, mudanças nas formas de trabalho do extrativismo para o assalariamento, e a movimentação da população de seus territórios, liberados para os novos usos, para as periferias das cidades; o caso da cidade de Abaetetuba é representativo dessa transição.

O município de Abaetetuba está localizado na desembocadura do Rio Capim, parte da grande área estuarina do Rio Amazonas e vizinho a Barcarena, município que recebeu indústrias de beneficiamento de bauxita, e logística de transporte como parte do Projeto Grande Carajás, nos anos 1980. A ocupação da área pelo colonizador português remonta a 1635, com a fundação do distrito de Beja (Abaetetuba), sobre terra indígena, em razão da exploração de especiarias de valor comercial na Europa. Desde a sua origem, a área se constituiu como território de grupos sociais indígenas, ribeirinhos e quilombolas, que viviam em seus territórios manejando os recursos do rio e da floresta. Com o Projeto Grande Carajás, a partir do ano de 1982, as estruturas voltadas para o beneficiamento da bauxita implantadas em Barcarena (plantas industriais, mineroduto, portos, estradas, *company town*), provocaram fluxos migratórios para Abaetetuba, devido à proximidade entre as cidades. O município sofreu impactos socioeconômicos e espaciais, visto que recebia pessoas que não conseguiam se posicionar em Barcarena, e encontravam condições de moradia mais acessíveis em Abaetetuba.

No cenário atual, a construção de novas logísticas de apoio ao agronegócio, como o projeto de porto da

Cargill, na Ilha do Capim, afeta o território ocupado por formas nativas de apropriação da terra (Furtado, Oliveira Neto, 2019). O caso ilustra a disputa por terra de usos ligados às atividades de exportação, e por usos que dependem do manejo de rios e florestas. Em razão disso, o padrão de ocupação dessas áreas de ocupação de várzea, que se estendem pela calha dos grandes rios, e que no passado consistiam em espaços de abundância, passa a sofrer grande pressão, por contaminação e por conversão de uso.

Esta pesquisa tem por objetivo caracterizar a espacialidade dos processos de transformação e resistência observados nas áreas vegetadas, mas habitadas, entre cidades e vilas; e a partir de relatos, imagens e/ou documentação referente a subdivisões ou conversões de uso, articular sua inserção nos novos arranjos e escalas (municipal, regional, ou de região metropolitana); além disso, procura-se caracterizar quais léxicos espaciais estão presentes na localidade e avançar na consolidação de literatura de suporte à pesquisa, observando necessidade de assumir a interseccionalidade e descolonização do conhecimento como suportes na observação. Tais estratégias procuram oferecer modos para se pensar futuros, reconhecendo os repertórios espaciais que sempre funcionaram na região (Cardoso, 2021).

2. Método

Com o intuito de atingir os objetivos da pesquisa, o percurso metodológico desenvolveu-se, em um primeiro momento, a partir da revisão bibliográfica acerca das condições

históricas de ocupação e formação socioespacial da Amazônia, assim como do município de Abaetetuba, com foco nas localidades trabalhadas na presente pesquisa, com auxílio das entrevistas e dos relatórios de campo elaborados pela doutoranda Kamila Diniz de Oliveira. A revisão de literatura cobriu estudos decoloniais, literatura sobre sustentabilidade, sobre a resistência dos povos da floresta amazônica, abordagens dos campos do urbanismo, da morfologia e do planejamento urbano, e informações sobre mudanças climáticas, para a construção de referencial teórico.

Além disso, houve a oportunidade de participar de pesquisa de campo com um grupo de estudantes do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo - as doutorandas Kamila Oliveira, Luana Castro e Bárbara Baleixe, a pesquisadora Giselle Pinho, em pós-doutorado, e a bolsista Pibic Giuliana Moraes, todas vinculadas ao GP Urbana e orientandas da prof^a Ana Claudia Duarte Cardoso. A atividade em campo ocorreu entre os dias 11 e 16 de outubro de 2023, em comunidades da Ilha do Xingu (PAE Santo Afonso) em Abaetetuba, no estado do Pará. Foi possível registrar os padrões de ocupação das comunidades visitadas e as múltiplas maneiras de viver e de resistir na localidade, por meio de entrevistas com os moradores, fotos, vídeos, áudios, mídias diversas capturadas por voos de drone e a elaboração de uma cartografia social em conjunto com a comunidade. Nesse contexto, a cartografia social, a partir da troca de conhecimentos e da manutenção da resistência desses povos, é uma estratégia para demonstrar como os

habitantes se reconhecem dentro de seu território, além de ser um grande auxílio frente às ameaças territoriais existentes.

As visitas de campo à cidade de Abaetetuba, especificamente nas comunidades da Ilha do Xingu, permitiram que parte do trabalho se configurasse em uma pesquisa participante ou pesquisa ação – o estudo e análise científica de uma situação, na qual os envolvidos na investigação são parte importante do processo, e o conhecimento produzido em conjunto seguirá para as possíveis soluções dos problemas priorizados (Lewin, 1978). A pesquisa teve foco na realidade cotidiana e no diálogo com a comunidade, que destacou a invisibilização e descredibilização das comunidades e do seu modo de viver e ocupar o território pelos atores políticos e econômicos. A cartografia e os outros resultados da pesquisa irão reforçar a importância da forma de ocupar o território e habitar amazônico, e existe a intenção de voltar nas comunidades para mostrar os resultados dos trabalhos feitos. É necessário o agradecimento público aos moradores que nos acolheram em suas casas e participaram das atividades com muito afeto e confiança, em especial à dona Maria, por todo o saber compartilhado e por nos mostrar a importância do seu modo de viver e de respeitar a natureza.

O levantamento feito durante a pesquisa de campo investigou: a) como os habitantes locais se organizam, entendem e ocupam seu território; b) as dinâmicas e conexões entre os moradores e as necessidades e dificuldades encontradas para a manutenção da vida na localidade. Desse

modo, a observação e caracterização dos léxicos espaciais permite uma melhor compreensão de um padrão territorial existente e da relação desses povos com a floresta e o rio. Revela-se o padrão já registrado em outras localidades (nas ilhas de Belém, em comunidades do Baixo Tocantins e de Afuá), em que o entorno mais próximo das casas é formado por espaços necessários para as diversas tarefas realizadas pelas famílias - plantio de açaí, roçado, criação de animais, pesca, dentre outras atividades de subsistência - demonstrando, na prática, o padrão de ocupação rio-várzea-floresta proposto por Loureiro (2014), além da articulação entre tais vilas e os rios. A pesquisa de campo também possibilitou o reconhecimento de uma microrrede de relações entre as comunidades analisadas e Abaetetuba. Por fim, os arranjos espaciais em Abaetetuba foram analisados com a intenção de adquirir repertório espacial local, com ajuda da morfologia – a partir do ato de desenhar o espaço e compreendê-lo.

3. FORMAÇÃO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO AMAZÔNICO

A estrutura desta pesquisa depende da compreensão da formação socioespacial amazônica e do próprio município de Abaetetuba. A princípio, entende-se a Amazônia a partir de diversos processos históricos e de múltiplas e sucessivas colonizações. Além disso, a região amazônica corresponde a um espaço de múltiplos saberes, onde coexistem duas lógicas distintas de ocupação do território. A primeira lógica é tradicional, ligada aos rios, ao extrativismo e à pesca para subsistência; a segunda está relacionada

à logística de transporte e à exploração de recursos naturais. A urbanização amazônica segue um padrão constituído por pequenos aglomerados localizados nas margens dos rios e, mais recentemente, de estradas (Oliveira Neves, 2009). Tais lógicas convivem juntas e se sobrepõem no território.

A chegada dos colonizadores trouxe consigo uma visão da floresta como ambiente “vazio”, motivada por interesses para exploração e exportação dos seus recursos naturais. Tal prática atravessou diversos períodos, visando, principalmente, o desenvolvimento da economia brasileira. Na verdade, a ocupação nas áreas de várzea na Amazônia já era secular naquele período; a integração entre rio, floresta e comunidades já existia séculos antes da chegada dos europeus (Heckenberger et al., 2008). Com a ajuda dos indígenas, a exploração da floresta pelo colonizador Português baseou-se no extrativismo de coleta - feito para exportação e mediado pelas missões religiosas. O conhecimento dos povos nativos e o relacionamento com o rio e a floresta foram parte fundamental do processo de formação das cidades. Essa interdependência entre urbano, cidade e floresta foi quebrada pela colonização do século XX.

Os ciclos econômicos nas cidades amazônicas aconteceram em grandes surtos voltados para exportação de matéria prima (Becker, 2013), a exemplo do ciclo da borracha e drogas do sertão. Esses ciclos se sucederam desde o período colonial até as políticas desenvolvimentistas dos militares na década de 60; e não levaram em consideração o desenvolvimento das

localidades exploradas e de suas populações, causando prejuízos sociais e ambientais. A partir da década de 1970, a exploração da Amazônia brasileira buscou integrar o território ao restante do país, por meio da construção de grandes vias e rodovias, implantadas para apoiar a industrialização do centro sul, além de abrigar excedentes populacionais por meio de migração dirigida, para ocupar supostos vazios populacionais na Amazônia (Becker, 1990).

O projeto de integração da Amazônia visava a exploração econômica de uma região considerada vazia pelo governo brasileiro (Loureiro, 2022). As políticas envolviam a construção e expansão de rodovias, hidrelétricas, exploração dos recursos naturais, em especial por meio da mineração, crescimento da agropecuária e outras obras de infraestrutura, a exemplo do Projeto Grande Carajás – que abrangia a extração e beneficiamento mineral (ferro, bauxita, cobre, etc.), e produção agrícola e de energia.

Todas essas transformações eram desarticuladas das questões socioambientais da Amazônia, e desconsideravam os povos que já viviam na região, com suas próprias maneiras de compreender o espaço e modo de viver distinto da cosmovisão capitalista. O desenvolvimentismo capitalista seguia a dicotomia urbano-rural, inadequada para compreender o contexto amazônico.

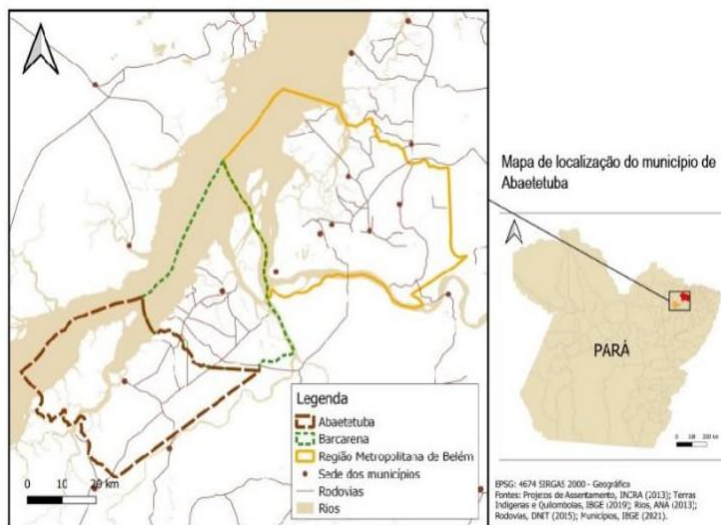
Ocorreu a imposição de uma nova realidade e lógica de ocupação no território, que negava modos de vida e

saberes originários, degrada a natureza (Gomes et al, 2017), provoca transformações ligadas aos ciclos produtivos, e gera grandes impactos nas comunidades locais, tais como a contaminação da água e do solo, pressão pelo uso da terra, desvalorização de saberes e diversas negligências governamentais que precarizam a vida dessas populações. Ao mesmo tempo em que esses ciclos econômicos aconteciam, as dinâmicas internas mantidas pelos povos das florestas existiam e resistiam. O modo de vida tradicional se manteve e ainda se mantém vivo apesar da intensificação de diversas ameaças e dos diversos prejuízos que a lógica capitalista proporciona para essas populações.

3.1. O estudo de caso.

O município de Abaetetuba está localizado na região do Baixo Tocantins, na desembocadura do Rio Capim, estuário do Rio Amazonas. Situada a 120km da capital Belém, Abaetetuba possui 158.888 habitantes distribuídos em zonas rurais e urbanas, em uma área total de 1.610,654km² (IBGE, 2022) (ver figura 1). Inicialmente chamado de Beja, o território de Abaeté era ocupado por indígenas do povo Motiguara, nômades de origem marajoara que viviam do manejo dos recursos do rio e da floresta. Por volta do ano de 1635, o território foi aldeado por padres capuchinhos para fins exploratórios. No decorrer de diversos processos de formação do território, Beja foi incorporada pela capital Abaeté e, posteriormente, tornou-se a cidade de Abaetetuba, em 1895.

Figura 1: Mapa de localização do Município de Abaetetuba.



Fonte: Kamila Diniz Oliveira, 2022.

A cidade de Barcarena recebeu diversas estruturas e infraestruturas voltadas para o beneficiamento da bauxita durante a execução do Projeto Grande Carajás, como portos, estradas e plantas industriais, o que provocou impactos socioeconômicos e espaciais na localidade. Nesta década, a construção de novas estruturas logísticas de apoio ao agronegócio passou a afetar também Abaetetuba - como o projeto de porto da Cargill, na Ilha do Capim - que tem provocado diversas transformações no território, incluindo a degradação e ameaça ao território ocupado por formas nativas de apropriação da terra (Furtado, Oliveira Neto, 2019). O padrão de ocupação dessas áreas de ocupação de várzea passou a sofrer grande pressão, por contaminação e por conversão de uso, ilustrando a disputa por terra entre dois usos diferentes: 1) os usos ligados às atividades de exportação, e 2) usos que dependem do manejo de rios e florestas, ligado ao tradicional modo de vida.

“Abaetetuba” é um nome de origem tupi, e significa “lugar de homem ilustre”. Nesse território, vivem grupos

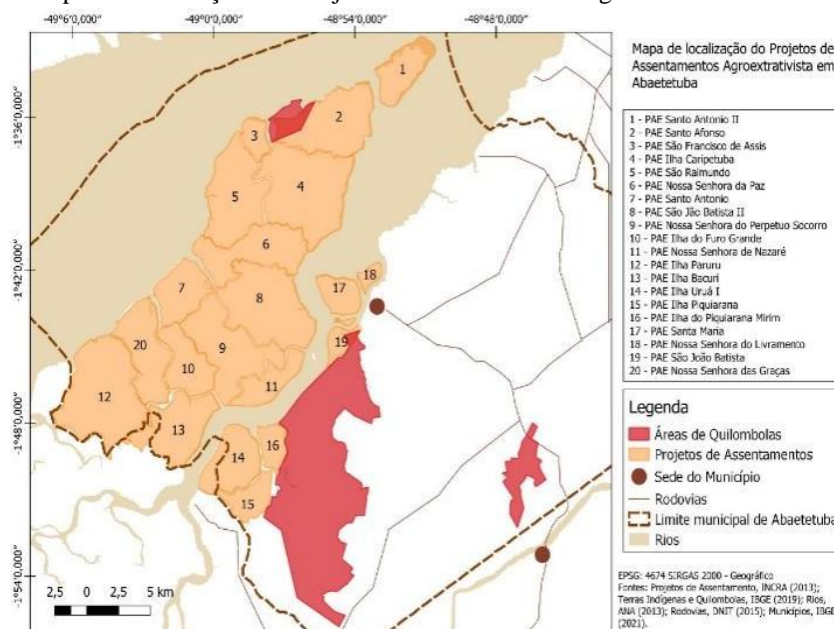
variados, tais como ribeirinhos, indígenas e quilombolas, grupos que mantêm uma relação com a natureza divergente do modo de produção capitalista, e têm resistido diante dos processos que ameaçam seu modo de viver. O município possui diversos projetos de assentamentos agroextrativistas e comunidades quilombolas e ribeirinhas (figura 2), distribuídos nas áreas rurais de várzea e terra firme, e áreas urbanas. São cerca de 7500 famílias em 72 ilhas, 20 projetos de assentamento agroextrativistas e 3 áreas quilombolas (IBGE, 2022). É comum que essas comunidades se diferenciem entre si através das igrejas (católicas ou evangélicas) ou por meio dos rios mais próximos. Contudo, parte dessa divisão não é reconhecida oficialmente, e existem muitas divergências acerca do modo como os habitantes são reconhecidos na região. A compreensão do território estudado pode ser feita de alguns modos, dentre eles, projeto de assentamento agroextrativista (PAE), com a demarcação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); setorização feita pela

própria associação de moradores; e a divisão por aspecto religioso através de Comunidades Eclesiais de Base (CEB), onde cada comunidade é representada por um santo(a) ou especificidade de cada religião.

O reconhecimento oficial de tais territórios é essencial para a garantia de direitos e manutenção da vida de seus habitantes. O modo como a Amazônia foi explorada e colonizada perpassa a

realidade dos povos que vivem aqui e que, até hoje, são negligenciados pelo poder público. Os repertórios espaciais constituídos na Amazônia foram completamente desconsiderados, e a região segue representada como um espaço econômico que difere completamente da experiência vivida e da sua sócio biodiversidade (Cardoso, 2021).

Figura 2: Mapa de localização dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas em Abaetetuba.

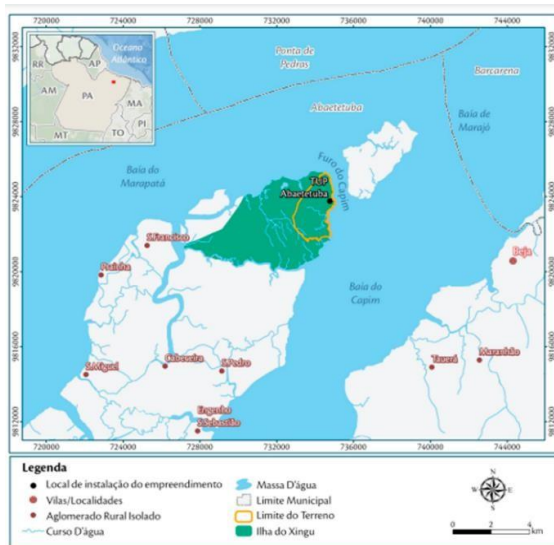


Fonte: Kamila Diniz Oliveira, 2022.

Diante do processo de formação socioespacial amazônico, a região de Abaetetuba sofreu, continuamente, com a exploração dos seus recursos naturais. Dentre os impactos atuais causados pela exploração nas localidades próximas, destacam-se a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, a exploração de bauxita no complexo industrial Albrás/Alunorte no município de Barcarena, e, mais recente, a construção do terminal portuário de uso privado (TUP), da empresa Cargill (figura 3).

Além dos impactos diretamente ligados ao ambiente natural, tal realidade pressiona e ameaça a vida e a manutenção do modo de viver dos povos tradicionais que ali habitam, através de contaminações no solo e nos rios e/ou conversão do uso da terra para os empreendimentos instalados nos arredores.

Figura 3: Mapa de localização do TUP Abaetetuba.



Fonte: Ambientare

Nesse cenário - agravado pelas mudanças climáticas que reconhecem que as ações humanas têm acelerado as perturbações no clima em todas as partes do mundo (IPCC, 2023) -, faz-se o registro da espacialização do modo de vida de grupos sociais que mantêm a floresta viva e que precisa de reconhecimento oficial e proteção.

2. O PERIURBANO ESTENDIDO E SUA MANIFESTAÇÃO EM ABAETETUBA.

A forma nativa de ocupação do território gera uma organização espacial própria, que corresponde a um urbanismo de baixa densidade, assumida como área de influência das cidades, e por isso chamada de periurbano estendido por Cardoso (2021). Essa espacialidade resistiu e ainda resiste, por meio de corredores verdes (matas) e azuis (rios) que conectam as comunidades entre si, com os rios e as florestas. Este periurbano estendido é o espaço de coexistências múltiplas, onde

diferentes modos de vida, de produção e de apropriação do espaço ocupam a fronteira entre urbano e rural (Vicente, 2022).

A visão clássica das dicotomias urbano-rural não é pertinente para definir tal relação, visto que os processos contemporâneos entrelaçam cidade e campo, conectando-os através das redes e tornando-os semelhantes como expressões da cosmovisão capitalista (MONTE-MÓR, 1994).

“A urbanização extensiva – esta urbanização que se estende para além das cidades em redes que penetram virtualmente todos os espaços regionais integrando-os em malhas mundiais – representa, assim, a forma sócio-espacial dominante que marca a sociedade capitalista de Estado contemporânea em suas diversas manifestações, desde o centro dinâmico do sistema capitalista até – e cada vez mais - às diversas periferias que se articulam dialeticamente em direção aos centros e subcentros e subcentros...” (Monte-mór, 1998, p.171)

Em resumo, para além do tecido da urbanização extensiva proposto por Monte-Mór, existe uma urbanização nativa que sempre foi capaz de coexistir com a floresta, realizada por aglomerados pequenos e próximos - ou seja, não são isolados -, e que há séculos abastecem as cidades de produtos da floresta. A cidade não é o artefato mais importante do urbano amazônico (Cardoso, 2021), e tal entendimento é de grande importância para a divulgação de novos parâmetros urbanísticos e de planejamento urbano, e de políticas públicas que enxerguem e reconheçam tais comunidades, superando os velhos padrões europeus e entendimentos

estereotipados acerca da Amazônia e de quem vive nesse território.

Em Abaetetuba, a manifestação desse periurbano acontece diante das atividades que se entrelaçam no cotidiano: nas práticas tradicionais - ligadas ao modo de vida dos povos da floresta - que coexistem com práticas contemporâneas vinculadas ao modo de produção capitalista; nas micro redes que conectam tais comunidades; e nos conflitos territoriais entre os diferentes agentes. Os aglomerados não seguem a

lógica capitalista de hierarquia de cidades, mas possuem, em menor escala, um fluxo econômico - de subsistência - e populacional (Cardoso, 2021). É necessário compreender a grande diversidade existente neste periurbano, que está vinculada, principalmente, à interdependência secular dos povos com o rio e a floresta. A figura 4 retrata um momento comum no cotidiano das comunidades, em que o rio se revela como principal agente do cotidiano da comunidade.

Figura 4: Rio Assacú - Abaetetuba, PA

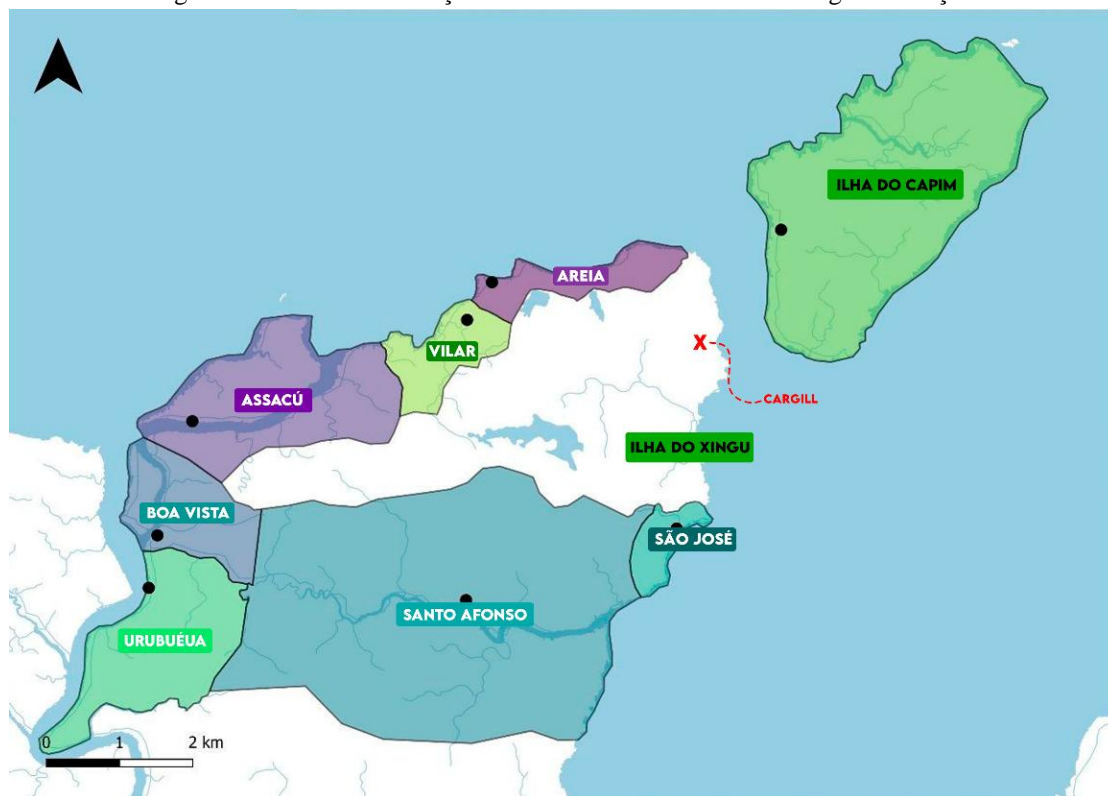


Foto: Fernanda Santos, 2023

O mapa da microrregião (figura 5) possibilita a identificação das comunidades estudadas no presente trabalho, distribuídas na Ilha do Xingu - Areia, Vilar, Assacú, Boa Vista, Urubuéua, Santo Afonso e São José, que se conectam e interagem de diversas maneiras. Foi pontuada também a área de ameaça ao território ribeirinho e quilombola, em decorrência da construção do terminal portuário de uso privado (TUP) para ajudar na logística de transporte do porto da Vila do Conde, em

Barcarena. No furo da Ilha do Capim, em Abaeté (ver figura 5), ficará o estacionamento de balsas administrado pelo grupo Cargill. O terminal afeta as 72 ilhas de Abaeté e os 24 projetos agroextrativistas (PAEs); dentre os impactos, estão a contaminação do solo e dos rios, a estorva da reprodução dos peixes na região e a conversão do uso da terra. A empresa já atua em Santarém sem licença ambiental e tem violado direitos humanos no Tapajós como um todo (semlicencaparacargill.org.br).

Figura 5: Macro: Identificação das comunidades da Ilha do Xingu e ameaças.



Fonte: Kamila Diniz Oliveira, 2024. (Adaptado pela autora)

É necessário o reconhecimento dos padrões de ocupação nativos como um urbanismo, que atende a complexidade dos municípios inseridos no bioma amazônico, e em contexto econômico periférico, que não estão completamente convertidos à lógica hegemônica/capitalista, e que, por tudo isso, podem oferecer condições de regeneração da floresta e de melhoria de condições de vida das populações humanas e não humanas (Cardoso, 2021, no prelo).

3. AS MICRORREDES DE RESISTÊNCIA EM ABAETETUBA (PA)

A atividade de campo, realizada entre os dias 11 e 16 de outubro de 2023, permitiu coleta de informações adicionais sobre a comunidade da Ilha do Xingu (PAE Santo Afonso), que já vem sendo estudada pelo GP Urbana desde

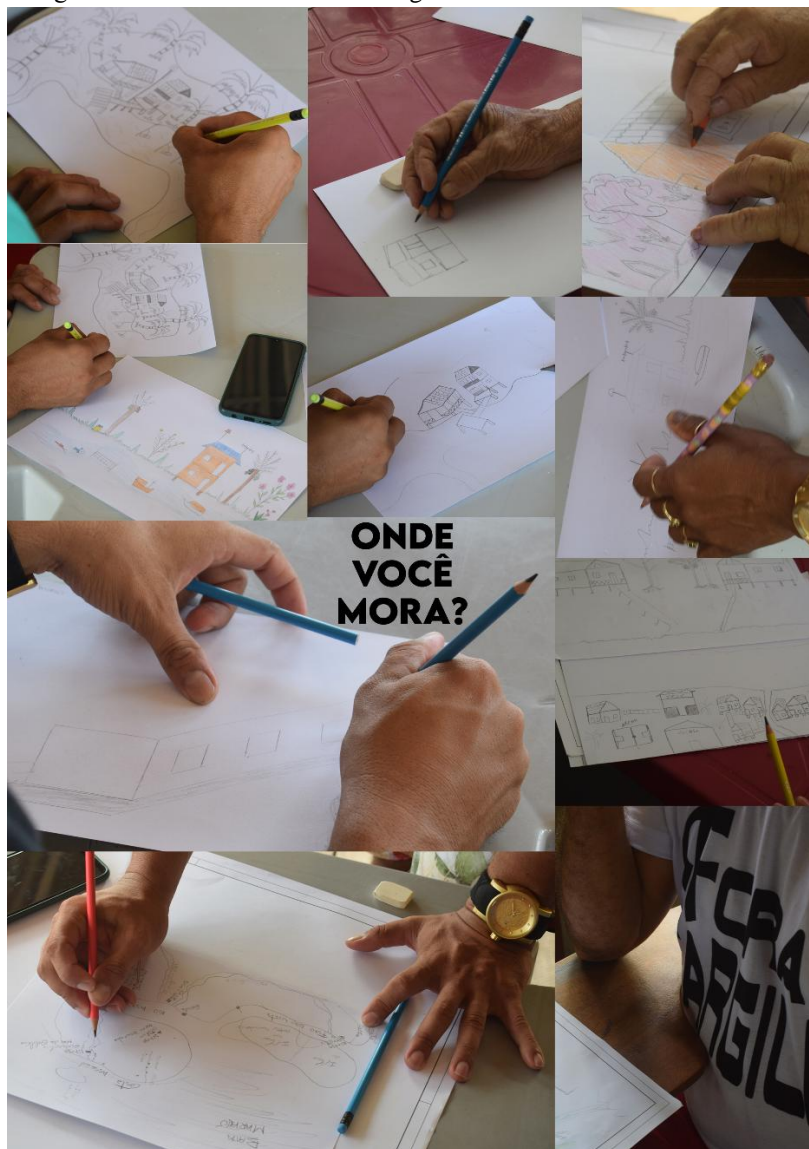
2022. A partir de conversas em campo e materiais recolhidos em entrevistas e cartografias sociais lideradas por Kamila Diniz Oliveira e por Giselle Pinho, ambas vinculadas ao GP Urbana, foi possível reunir um rico material acerca do cotidiano nas comunidades em Abaetetuba.

A primeira atividade com a comunidade partiu da pergunta "onde você mora?", respondida pelos participantes por meio de desenhos livres e explicações acerca do entendimento sobre casa, moradia, lar; como a resposta de uma das moradoras da comunidade Perpétuo Socorro: "Quando eu penso em casa, eu logo lembro do rio". Os desenhos, em sua maioria, destacavam a casa, o rio, muitas árvores, principalmente açaizeiro, peixes, caminhos até a mata e a roça, trapiches (figura 6). A partir da atividade, ficou

evidente a importância da natureza ao redor da casa, do rio que está sempre em frente, emoldurado pelas janelas, das frutas, das safras, da vizinhança que

também é família, do habitar no tempo da natureza. De fato, o rio é casa, caminho, subsistência, meio (de transporte), lazer, perigo e salvação.

Figura 6: Colagem “Onde Você Mora?” - Cartografia social nas comunidades da Ilha do Xingu.



Fonte: Elaboração própria, 2024.

A segunda dinâmica proposta para a comunidade foi a cartografia social, que consistiu na identificação, em um grande mapa da Ilha do Xingu, dos pontos importantes para os moradores. Os participantes da oficina construíram juntos a representação dos pontos de grande referência para a comunidade; foram identificados os bares e outros

pontos comerciais, sedes de associações, barracões, igrejas, postos de saúde, escola, campos de futebol ou arenas. As figuras 7 e 8 ilustram o momento de encontro e conversa entre os moradores, onde eles compartilharam a descrição e o entendimento do próprio território, da maneira que se organizam, se reconhecem e ocupam aquele espaço.

Figura 7: Mãos desencobrendo o Rio Assacú - Abaetetuba, PA



Foto: Fernanda Santos, 2023.

Figura 8: Cartografia Social no Rio Assacú - Abaetetuba, PA



Foto: Fernanda Santos, 2023.

“Não existe lugar mais importante, o mapa inteiro importa”, essa frase se destacou durante a segunda parte da cartografia social. Surgiu de um dos moradores, depois da explicação da dinâmica da cartografia (indicação dos pontos importantes para a comunidade dentro daquela localidade, sejam eles de saúde, educação, lazer). A situação despertou algo que estava em observação durante todos os dias em campo: tudo o que foi visto ali é importante. Desde o menor peixe no rio até árvore secular no meio da floresta. Aquelas pessoas, vivendo da maneira que vivem, percebem que tudo se interliga, de algum

modo. Eles sabem o quão importante é estar, na medida do possível, em equilíbrio com o meio. *“Não se mergulha no rio esse horário, em respeito à mãe natureza”*, uma moradora alertou. Eles compreendem o quão perigoso pode ser o “desenvolvimento” que tentam pregar na localidade. Com a camisa estampada com uma frase contra as ameaças que assolam as comunidades das ilhas, os moradores lutam por sua sobrevivência. Quem são esses que se instalam ali, pensando que é um vazio a ser explorado? Como o “desenvolvimento” é bom, se mata os peixes, some com os camarões, dá

coceira e outros problemas de pele nas crianças, contamina a água e deixa desordenada a safra do açaí, que é tão esperada nas comunidades? *“Nosso lugar é uma maravilha! Não tem indústria, mas a gente não passa fome”*, disse outra moradora.

Dessa mesma forma, também foi possível elaborar um quadro com a descrição do cotidiano dos moradores do Rio Xingu, destacando as atividades e os locais em que cada atividade acontece, além dos possíveis produtos obtidos. O primeiro é o rio, território de grande importância, extremamente defendido, ele pode ser caminho, meio de locomoção, trabalho, lazer, sustento e subsistência (camarão e peixe são os principais produtos advindos dos rios). Na casa, é possível observar a criação de animais domésticos, produção do açaí no jirau, produção e venda de produtos diversos, como alimentos perecíveis, artigos de limpeza e variados utensílios domésticos, produção de matapi e outros produtos artesanais. No quintal, definido aqui como toda a área que circunda a casa, é comum a criação de animais para consumo – porco, galinha, pato -, cultivo de horta, plantas medicinais e árvores frutíferas. Na mata, espaço mais distante, está a maior concentração de árvores frutíferas, das quais são retirados açaí, manga, cacau, cupuaçu, bacuri, bacaba, entre outras frutas importantes para a subsistência dessas famílias. Nos espaços de terra firme, alguns moradores fazem roça, com grande destaque para o cultivo da mandioca e a posterior obtenção de seus derivados, como a farinha d’água, farinha de tapioca, tucupi, goma maniva, etc. Os espaços não têm limitação definida com muros

ou cercas, os moradores se entendem e possuem outras maneiras de perceber o espaço (ver síntese na figura 9). A divisão pode ser delimitada por árvores, arbustos, igarapés, troncos, ou sem delimitação definida. O cotidiano, em certa medida, é sazonal e depende da safra das frutas e da época de reprodução dos peixes. A pesca costuma acontecer o ano inteiro, com uma pausa no período do defeso (proteção da época de reprodução e desova dos peixes, que corresponde também a safra do açaí). Os produtos são, principalmente, para subsistência das famílias, e o excedente é doado para outras pessoas das comunidades ou vendido nos arredores, em Abaetetuba ou no município de Belém. A renda dessas famílias vem, portanto, da roça, da pesca, do extrativismo e de complementos com bolsa família, seguro defeso e outros programas assistencialistas.

Para definir esse cotidiano dentro de um espaço, percebe-se certo padrão de ocupação composto por rio-mata-roça-quintal proposto por Loureiro (2014), autora que destaca a importância dos rios na distribuição dos assentamentos humanos na Amazônia. As moradias são ligadas entre si e com os rios através de trapiches e pontes. Gonçalves (2005) também propôs o sistema rio-várzea-floresta, que interliga rio, terra e mata e possui raízes anteriores à colonização. A relação morador-natureza, destacada em uma escala “micro” (figura 10), descreve o padrão de Loureiro, e demonstra a forte ligação entre morador e natureza, esteja a natureza servindo de espaço de moradia, local de trabalho ou de lazer. Na relação micro, descreve-se um cotidiano (figura

11) que perpassa alguns ambientes – rio, casa, quintal, mata - e as atividades ocorridas em cada um desses espaços, destacando o modo de reprodução social,

e como a relação com a natureza permite que eles vivam e se adaptem na localidade.

Figura 9: Quadro do cotidiano, espaços e atividades nas comunidades do Rio Xingu.



Fonte: Elaboração própria, 2024.

Figura 10: Relação Micro: Morador-Natureza.



Fonte: Elaboração própria, 2024.

Figura 11: Quadro Cotidiano, particularidades na Relação Micro.

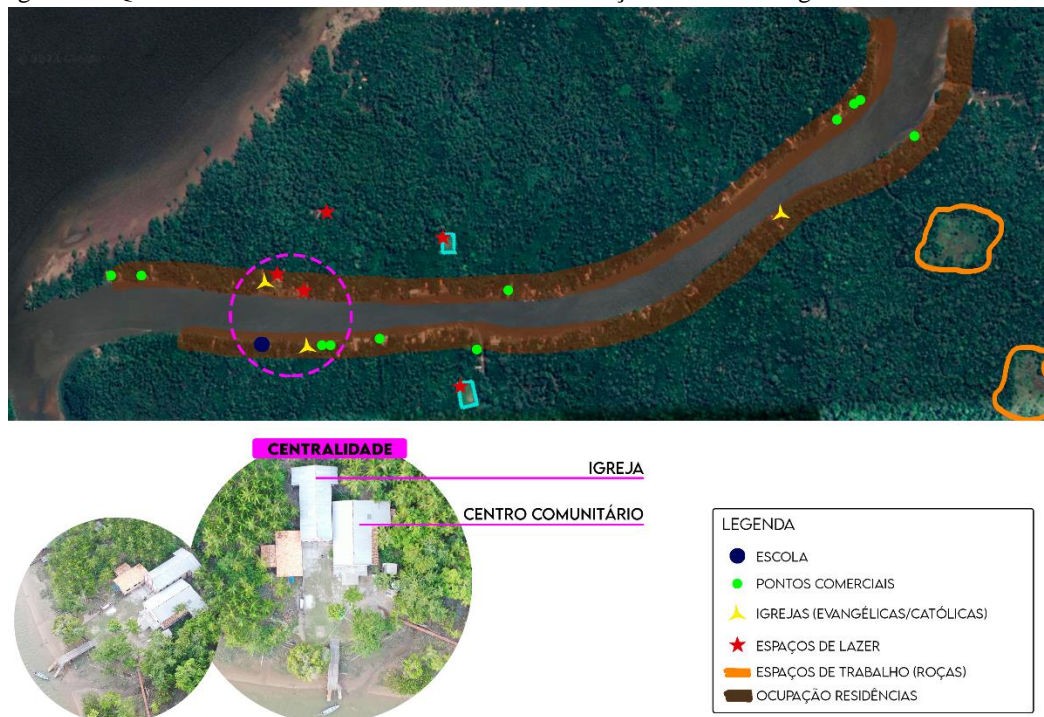


Fonte: Elaboração própria, 2024.

Outro aspecto que se destaca nessas localidades é a distribuição linear das casas e outras construções ao longo das margens dos rios, a exemplo da distribuição linear na beira do rio Assacú (figura 12). A comunidade possui escola, igrejas, pontos comerciais, espaços de trabalho, de lazer - bares, sedes e campos

de futebol-, igrejas, escolas. Sua centralidade abriga uma igreja, o centro comunitário e o barracão. Existe uma rede que se forma nessa escala, a partir da locomoção das pessoas que atravessam o rio de uma beira para a outra, ou para outras comunidades, por motivos de lazer, educação, trabalho, etc.

Figura 12: Quadro Comunidade do Rio Assacú – distribuição linear na margem do rio e centralidade

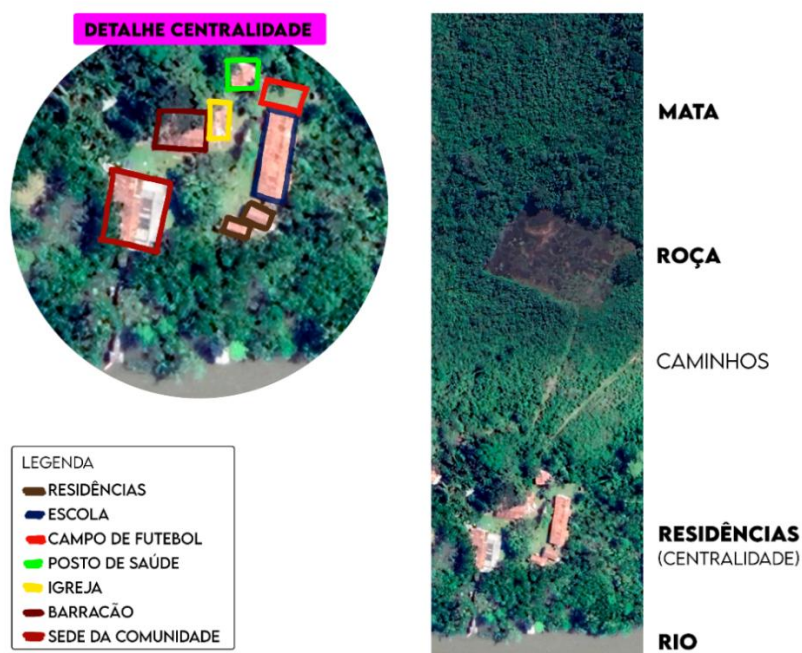


Fonte: Elaboração própria, 2024.

Além disso, foram observados outros exemplos nas comunidades em Abaetetuba, que se diferem de certo modo, mas continuam ocupando a beira de rio, com trapiches e pontes para unir cada espaço. O padrão demonstra, da mesma forma, como os moradores circulam no espaço e no seu cotidiano. A figura 13 apresenta a Comunidade Santo Afonso, onde o centro da comunidade reúne diversos pontos importantes em um mesmo espaço: escola, sede, barracão, igreja, posto de saúde, campo de futebol, além de ser ponto de encontro para pessoas da comunidade e de outras localidades, que vão até o local para estudo, trabalho, atendimento médico, para frequentar as festividades, campeonatos de futebol e reuniões, dentre outras atividades e com

regularidade variada. Esses centros, espalhados por diversas comunidades, tornam-se pontos de atração de pessoas, uma vez que serviços, atividades e certas estruturas atraem os moradores de outras comunidades para aquela centralidade. Existe certo grau de atração em cada centro, a circulação dos moradores entre as comunidades e seus centros varia de acordo com as atividades realizadas, algumas recebem mais pessoas a depender do que tem no seu centro, das suas festividades, serviços etc. Foi possível mapear também a extensão percorrida no cotidiano dos moradores, usuários dessa centralidade, em percursos que envolvem o rio, a casa, os caminhos para chegar até o espaço de trabalho, roça e mata.

Figura 13: Comunidade Santo Afonso – Rio Xingu



Fonte: Elaboração própria, 2024.

A pesquisa de campo também possibilitou o reconhecimento e compreensão da microrrede de relações entre as comunidades, e delas com a sede do município de Abaetetuba. As conexões dessa rede se interligam para promover educação, religião, lazer, saúde e interações de luta, resistência e de cuidado com o próprio território. As figuras 14 e 15 ilustram, respectivamente, o cuidado que é semeado na relação morador-natureza (deixando evidente o dever que os

moradores tem de preservar do local de abrigo e subsistência), e a existência dessa rede de serviços que interliga as comunidades; nesse caso, revelando a locomoção para a venda de frutas, legumes, e outros produtos pela travessia de uma beira para a outra, ou para outras localidades. Para compreender tais particularidades, partiu-se das análises e caracterizações espaciais dos processos de resistência do periurbano estendido em Abaetetuba, já vistas no decorrer do trabalho.

Figura 14: Preservação ambiental na comunidade Santo Afonso - Abaetetuba, PA



Foto: Fernanda Santos, 2023.

Figura 15: Frutas vendidas em barco no Rio Assacu - Abaetetuba, PA.

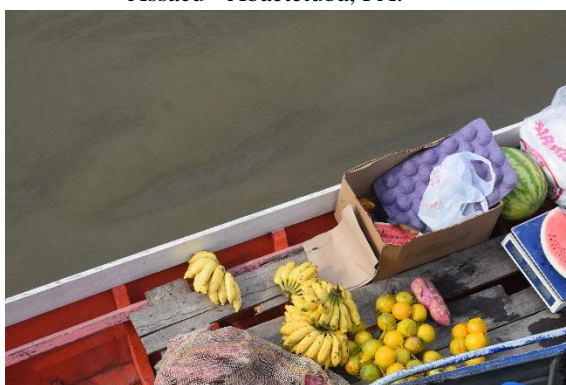


Foto: Fernanda Santos, 2023.

Conclusão

As comunidades analisadas na pesquisa demonstram que, embora não reconhecido pelas narrativas de urbanização hegemônicas, produzidas a partir de realidades industriais e com grande demanda por recursos (água, energia, insumos, alimentos), existem padrões de ocupação nativos como uma espécie de urbanismo adaptado à vida e produção na e a partir da floresta. Nenhum espaço é desarticulado das ações do cotidiano, não fazendo sentido manter dicotomias. Na atualidade, o urbanismo nativo é praticado fora das cidades e se conecta com elas pelos mercados, de modo a ser interpretado como um tipo de espaço periurbano, que precisa ser reconhecido e regulamentado

de modo a reduzir impactos socioambientais de atividades econômicas que ainda pressupõem a colonização como única alternativa. Essa invisibilidade também demonstra assimetrias de poder político e econômico, entre nativos e agentes ligados ao processo de exportação de commodities.

A articulação entre rios, vilas e cidades, roça e floresta esteve presente por séculos nos processos de produção e reprodução da vida na região. A pesquisa demonstra que existe um periurbano, fruto de uma ocupação secular, ligado por redes de interações e serviços, entre corredores verdes e azuis que conectam as comunidades entre si, com os rios e as florestas. Uma comunidade desestruturada afeta a realidade de várias outras comunidades, nas dinâmicas de saúde, educação, lazer e resistência. Em uma América Latina tomada por tantas solidões, valorizar as redes que unem e reforçam a manutenção e proteção desse urbano amazônico é proteger o próprio bioma.

Por fim, a figura 16 destaca a colagem feita a partir das vivências em campo, essenciais para a construção desse trabalho. A partir da troca de conhecimentos com os habitantes - que se reconhecem dentro de seu território e se unem frente às ameaças territoriais existentes - foi possível enxergar, de perto, a importância de um mapa inteiro, da definição do rio como casa, dos caminhos, extremamente respeitados, que levam ao local de moradia, de trabalho e de lazer. Para falar de Amazônia, é preciso conhecer e reconhecer a Amazônia.

Estas comunidades oferecem elementos valiosos para a proposição de parâmetros urbanísticos e políticas territoriais para tais municípios. Estas ações locais contribuirão para a necessidade global de preservação do bioma. O reconhecimento dos padrões nativos de ocupação como um urbanismo que atende a complexidade dos municípios amazônicos oferece contribuições para: o enfrentamento da crise climática, a regeneração da floresta e a melhoria de condições de vida para todos os seres que se interligam nessas redes de resistência.

Figura 16: Colagem digital AbaeteTUBA.



Fonte: Fernanda Santos, 2024.

Referências

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Editora Elefante, 2019.

BECKER, Bertha. **A urbe amazônica**. Editora Garamond, 2018.

BRUM, Eliane. **Banheiro òkòtó: uma viagem à Amazônia centro do mundo**. Companhia das Letras, 2021.

CARDOSO, Ana Claudia. A Trama dos Povos da Floresta: Amazônia para além do verde. **Revista da UFMG**. V 28, n 3, p. 57-87, 2021b.

CARDOSO, Ana Cláudia. Que contribuições virão da Amazônia brasileira para o urbanismo do século XXI? **Thésis**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 36-53, 2021a.

CARDOSO, Ana Cláudia.; OLIVEIRA, Kamila.; GOMES, Taynara. Mismatches between extended urbanization and everyday socioenvironmental conflicts in Santarém, Pará, Brazil. Sustainability in **Debate**, Brasília, DF, v. 11, n. 1, 2020, p. 83-97, 2020.

CARDOSO, Ana Cláudia; FERNANDES, Danilo; BASTOS, Ana Paula; SOUSA, C. A Metrópole Belém e sua centralidade na Amazônia Oriental Brasileira. **EURE- Revista Latinoamericana De Estudios Urbano Regionales**, v. 41, p. 201-223, 2015.

CARDOSO, Ana Cláudia et al. Cinturas periféricas na periferia do capitalismo: os casos de Belém e Manaus. **Revista de Morfologia Urbana**, v. 11, n. 1, 2023.

CHEIN, Flávia; PROCÓPIO, Igor. **As Cidades na Amazônia Legal: Diagnóstico, Desafios e oportunidades**

para Urbanização Sustentável. Juiz de Fora: Amazônia2030, 2022.

CORREA, Roberto. A rede de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. **RGB**, v 50, n1, p. 61-84, 1988. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1988_v50_n1.pdf, acesso em 16/05/2023.

DAS ALDEIAS WAJAPI, Conselho et al. **Wajãpi rena: roças, pátios e casas**. 2002.

FERREIRA, Gessivaldo de Jesus da Silva. **Impactos socioambientais de grandes projetos e organizações comunitárias na Amazônia: o caso do porto da Cargill na Ilha do Capim, Abaetetuba-PA**. Orientador: FARIAS, André Luís Assunção. 2020. 58 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) - Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/13456>.

FURTADO, Julia; OLIVEIRA NETO, Adolfo. Territorialidade Ribeirinha na Ilha do Capim em Abaetetuba-PA: Instrumento de Reivindicação e Direito ao Território. **Anais do XIII Enanpege**. São Paulo: Anpege, 2019. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Adolfo-Oliveira-Neto/publication/342919732_TERRITORIALIDADE_RIBEIRINHA_NA_ILHA_DO_CAPIM_EM_ABAETETUBA-PA_INSTRUMENTO_DE_REIVINDICACAO_E_DIREITO_AO_TERRITORIO/links/5f0d9ff892851c7eacad23b0/TERRITORIALIDADE-RIBEIRINHA-NA-ILHA-DO-CAPIM-EM-

ABAETETUBA-PA-INSTRUMENTO-DE-REIVINDICACAO-E-DIREITO-AO-TERRITORIO.pdf, acesso em 16/05/2023.

GONÇALVES, Osmana Dias; RODRIGUES, Jondison Cardoso; SOBREIRO FILHO, José. Marés das rebeldias em Abaetetuba: dos rios da existência à resistência dos territórios na Amazônia paraense, Baixo Tocantins. **Revista Tamoios**, v. 15, n. 1, 2019.

IPCC. **Climate change 2023: Synthesis report. A report of the Intergovernmental Panel on Climate Change.** Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. IPCC, 2023.

LEWIN, K. **Problemas de dinâmica de grupo.** São Paulo: Cultrix, 1978.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia colônia do Brasil.** Editora Valer, 2022.

MÁRQUEZ, Gabriel García. A solidão da América Latina. **Revista do Imea**, v. 2, n. 1, p. 12-14, 2014.

MIRANDA, Lívia Izabel Bezerra. Planejamento em áreas de transição rural-urbana: velhas novidades em novos territórios. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 11, n. 1, p. 25-25, 2009.

MIRANDA, Thales Barroso. **A ilusão da igualdade: natureza, justiça ambiental e racismo em Belém.** Orientadora: Ana Cláudia Duarte Cardoso. 2020. 205 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Instituto de Tecnologia, Universidade

Federal do Pará, Belém, 2021. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/13873>.

MONTE-MÓR, R. L. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton et. al. (orgs.) Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994 (pp. 169-181).

NEVES, Eduardo Góes; CASTRIOTA, Rodrigo. Urbanismos tropicais. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, edição especial Vegetalidades, p. 64-73, set. 2023

Noroeste amazônico: rede social indígena demarca tempos, espaços e sentidos nas origens do Brasil.

Disponível em: <https://www.gov.br/museugoeldi/pt-br/arquivos/noticias/noroeste-amazonico-rede-social-indigena-demarca-tempos-espacos-e-sentidos-nas-origens-do-brasil>>. Acesso em: 18 ago. 2024.

OLIVEIRA, Kamila Diniz. **Entre a várzea e a terra firme: estudo de espaços de assentamentos tradicionais urbanos rurais na região do Baixo Tocantins.** Orientadora: Ana Cláudia Duarte Cardoso. 2020. 127 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/13816>.

PINHO, C. M. D. **Análise das redes de localidades ribeirinhas Amazônicas no tecido urbano estendido: uma contribuição metodológica.** 2013. Tese

de Doutorado. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos, 2012. (sid. inpe. br/mtc-m19/2012/04.19. 04.13-TDI). Disponível em:< <http://urlib.net/8JMKD3MGP7W/3BNMFS8>>. Acesso em: 04 jul. 2024

PRESSIONE A CARGILL. | **Sem licença para destruição.** Disponível em:<<https://semlicencaparacargill.org.br>>. Acesso em: 20 ago. 2024.

TAVARES, Ana Carolina de Miranda; CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. Ciclos de remoções em Belém (PA): a Bacia do Tucunduba e a reprodução da precariedade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 25, p. e202305pt, 2023.

TEIXEIRA, Rylanneive Leonardo Pontes. **Energias renováveis no Nordeste do Brasil e as relações com a adaptação às mudanças climáticas.** Orientador: Zoraide Souza Pessoa. 2023. 348f. Tese (Doutorado em Estudos Urbanos e Regionais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

VICENTE, Letícia Ribeiro. **O espaço periurbano de Belém (PA) entre transformações, resistências e re-existências.** Orientadora: Ana Cláudia Duarte Cardoso. 2022. 182 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/14392>.

ⁱ Trabalho desenvolvido com o apoio do Programa PIBIC/UFPA.

ⁱⁱ Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará. Bolsista PIBIC/CNPq. E-mail: frndasantos@gmail.com

ⁱⁱⁱ Docente do Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará. E-mail: acardoso@ufpa.br

Parecer do Orientador

A pesquisa avançou como esperado. O desempenho da bolsista foi excelente neste primeiro ciclo de PIBIC. Este artigo será adaptado para submissão para o PNUM 2024, Seminário da Rede Lusófona de Morfologia Urbana. As representações geradas são evidências importantes e terão continuidade no próximo ciclo de PIBIC, como subsídio para a correção de injustiças nas políticas públicas brasileiras.

Belém, 26 de agosto de 2024

Ana Claudia Duarte Cardoso